



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150551 - MS (2021/0224772-1)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : MARCIA ROCHA DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : DILEUSA BITENCOURT DIAS DE LIMA - MS023262  
GEISSI KELLY IBANES DE FREITAS - MS025568  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MARCIA ROCHA DA SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (*Habeas Corpus* Criminal n. 4000191-98.2021.8.12.9000).

A paciente encontra-se segregada cautelarmente, desde 8/6/21, em razão de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pela suposta prática de tráfico de entorpecentes.

Neste *writ*, a recorrente sustenta que a paciente tem filhos menores de 12 anos de idade, que dependem de seus cuidados, preenchendo, dessa forma, os requisitos previstos no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal para a substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória à paciente, mediante a imposição das medidas cautelares diversas da prisão. Subsidiariamente pugna pela substituição da segregação preventiva por prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, consignou o acórdão combatido que (fl. 218):

I. Incabível a revogação ou a substituição da custódia preventiva por medidas cautelares diversas da prisão diante da gravidade concreta da conduta, haja vista a presença dos pressupostos, das condições de

admissibilidade (inciso I do artigo 313 do CPP) e do fundamento (artigo 312 do CPP), este último diante do fato de o teórico comércio de drogas por parte da paciente ser desenvolvido em cenário característico de suposta “boca de fumo”. Referido quadro demonstra que a constrição cautelar constitui medida necessária e a adequada ao caso, mormente diante da gravidade concreta do modus operandi e do risco concreto de reiteração.

II. Na hipótese dos autos, a paciente foi presa na posse de drogas diversas e de elevado poder nocivo (pasta base de cocaína) e, a princípio, **fazia de sua moradia uma boca de fumo**, particularidades estas indicativas de que a conduta da paciente poderia expor seus filhos aos mais variados riscos, ao tornar sua residência um ambiente potencialmente prejudicial ao desenvolvimento dos menores, o que atrai a excepcionalidade para a não concessão da custódia domiciliar.

Hipóteses como essa suscitam divergência na jurisprudência e, segundo alguns julgados do STJ, podem configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Assim, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente